



## DECISÃO - CEL - Nº 5/2017

Impugnante: **HORA PARK SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO L.T.D.A.**

Licitação: **Leilão nº 01/2016**

**Objeto: Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Salgado Filho (SBPA), localizado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV), localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia; Aeroporto de Florianópolis Hercílio Luz (SBFL), localizado no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e Aeroporto Pinto Martins (SBFZ), localizado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará**

**Assunto: Licitação na modalidade de leilão. Impugnação ao edital de licitação. Decisão da Comissão Especial de Licitação**

### 1. DA IMPUGNAÇÃO

1.1. Conhece-se da Impugnação, tendo em vista que a mesma foi apresentada tempestivamente, consoante o disposto no item 1.19 do edital do Leilão nº 01/2016.

1.2. A impugnação foi apresentada por HORA PARK SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO S.A., em 03/03/2017, por meio de Carta S/N 0477954.

1.3. A impugnante se insurge contra o item 3.1.7 do Anexo 24 ao Edital - Minuta de Contrato de Concessão, que estabelece às futuras concessionárias a obrigação de assumir integralmente os contratos que envolvam a cessão de espaços, mediante a sub-rogação integral dos seus direitos e deveres, alegando, em suma, haver pleitos de equilíbrio econômico-financeiro apresentado por cessionários de uso de área no complexo aeroportuário, que podem acarretar em (i) litígio entre cessionários e a futura concessionária, (ii) frustração das expectativas de receita da concessionária e (iii) reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.4. Pontua a impugnante que com a sub-rogação dos contratos prevista no item 3.1.7 do Anexo 24 ao Edital, a posição contratual da Infraero será transferida à nova concessionária que, por sua vez, não tem condições de avaliar descumprimentos contratuais e demais responsabilidades materializados no contexto daquela empresa pública, de maneira que é provável que haja litígio entre a concessionária e os cessionários. Tal conflito acabará por atingir os valores hoje pagos mensalmente pelos cessionários, não sendo possível assegurar que passarão a ser apropriados pela concessionária, frustrando, assim, a sua expectativa de receita.

1.5. Solicita, ao final, que "seja alterado o item 3.1.7 do Edital estabelecendo-se que haverá sub-rogação pela Concessionária nos contratos da Infraero com os cessionários, mas que os efeitos da sub-rogação ficarão condicionados à decisão definitiva dos pleitos em andamento".

### 2. DA ANÁLISE

2.1. Inicialmente, cabe apontar que a impugnação ora em análise se refere, em verdade, ao item 3.1.7 do Anexo 24 ao Edital do Leilão nº 01/2016 (contrato de concessão), e não ao próprio Edital, conforme apontado na petição.

2.2. Conforme previsão do item impugnado, as futuras concessionárias assumirão integralmente os Contratos que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário firmados pela Infraero nos respectivos aeroportos, conforme as condições contratadas, mediante sub-rogação integral dos seus

direitos e deveres, assumindo, portanto, todas as condições até então vigentes. Nesses termos, conforme pontuado pela impugnante, as concessionárias assumirão a posição da Infraero no tocante aos deveres e direitos expressamente consignados no instrumento jurídico, de maneira que a partir de então, toda a interação entre as partes deve se dar dentro dos estritos limites contratuais. Portanto, futuras alterações desses contratos ou eventuais rescisões deverão ser negociadas pelas partes, que, para tanto, deverão respeitar as condições estabelecidas nos respectivos contratos.

2.3. Cabe notar que eventuais pleitos pré-existentes, perante a Infraero, referentes a supostos desequilíbrios contratuais, embora se relacionem à execução de contratos de cessão de áreas, não são aptos a produzir qualquer impacto sobre a execução dos contratos assumidos pelas futuras Concessionárias. Tem-se, portanto, que os pleitos em questão, independente de sua procedência, deverão ser postulados perante a Infraero, a quem cabe suportar eventuais ônus de inadimplência e demais eventos havidos durante a sua gestão.

2.4. Nesse sentido, entende-se que não prosperam as alegações da ora impugnante. Se, legitimamente, as empresas cessionárias desejam ver suas pendências resolvidas, isto deverá se dar no âmbito competente, e portanto fora contratos a serem sub-rogados, motivo pelo qual não se vislumbra motivos a ensejar conflitos entre as concessionárias e as empresas cessionárias. Se, por outro lado, o próprio contrato trouxe mecanismos para recompor eventuais desequilíbrios, tais informações estarão disponíveis às proponentes e, portanto, entende-se que serão consideradas na formulação das suas propostas.

2.5. É de se notar, ainda, que a alteração sugerida pela impugnante na verdade traz insegurança jurídica a uma situação que, de sua parte, está suficientemente clara para a formulação das propostas. Os termos dos contratos atualmente vigentes são os que deverão ser considerados pelas proponentes, e deverão ser aplicados durante todo o restante da vigência desses contratos. Ao solicitar que a sub-rogação esteja condicionada à decisão definitiva nos pleitos de reequilíbrio, cria-se incerteza tanto sobre a ocorrência da sub-rogação em si, quanto sobre os termos dos contratos a serem assumidos. Mais uma vez, resta claro que não merece ser acolhida a presente impugnação.

2.6. Por fim, cabe esclarecer que os contratos de concessão a serem celebrados trazem disposições capazes de tratar adequadamente determinadas situações em que as concessionárias possam vir a ser oneradas por eventos decorrentes de atos da Infraero enquanto operadora dos aeroportos objeto da presente desestatização, mostrando-se, portanto, desnecessária qualquer alteração em seus dispositivos.

2.7. Diante de todo o exposto acima, entende-se não haver motivo ao acolhimento do pedido formulado pela ora impugnante.

### 3. DA CONCLUSÃO

3.1. Ante o exposto, esta Comissão Especial de Licitação delibera por conhecer do pedido de impugnação e decidir por sua **IMPROCEDÊNCIA**.

Brasília/DF, 08 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Aderson de Lima Calazans, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 08/03/2017, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO FERAN FREITAS ARAUJO, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 08/03/2017, às 17:06, conforme horário



oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE BARRETO DE ANDRADE NETO, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 08/03/2017, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI, Vice-presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 08/03/2017, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO PINTO DE MIRANDA, Presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 08/03/2017, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481242** e o código CRC **EDD00CD4**.